

COLUNAS

## [Coluna] Ditadura Militar: “Milagre Econômico” E Desastre Social – Parte 2

COLABORADOR • jul 25, 2017 0



por Eduardo Stotz, presidente da CMV

Em 25 de março de 1970, um grave acidente com um tubulão usado na construção da Ponte Rio-Niterói se rompe. O jornalista Romildo Guerrante, responsável pela cobertura do gigantesco empreendimento, [escreve mais tarde](#):

*A morte dos operários concretados não era lenda. Naquele acidente censurado em que morreram 12 pessoas, o tubulão se rompeu violentamente. Não havia chance para quem estava lá dentro. O que se sabe é que os corpos não foram resgatados, pois o concreto cobriu tudo.* De acordo com o jornalista, o número de acidentes fatais entre engenheiros, técnicos, operários ultrapassa, na construção da ponte, o de 30 empregados. O problema da falta de segurança coletiva decorre do atraso na obra, uma vez que o consórcio inicial, apesar de ter sugado dinheiro como nenhuma outra obra do Ministério dos Transportes até então, deixa um trabalho imprestável a ser refeito. O novo consórcio (Camargo Correa, Mendes Junior e Rabello) retoma a obra em ritmo vertiginoso, como afirma o engenheiro Bruno Contarini, à frente de 130 engenheiros e dez mil operários, trabalhando simultaneamente durante as obras de maior envergadura: *muitas vezes trabalhávamos das 7h às 19h, e até virávamos a noite.*

**Acidentes de trabalho** acontecem em maior número na construção civil, no setor de transporte e comunicações e na indústria extrativa. As informações oficiais disponíveis desde 1970 referem-se apenas ao setor formal da economia, o que aponta um evidente sub-registro pois a incidência maior de acidentes acontece no setor informal, onde aliás, a letalidade (acidentes com morte) é mais elevada.

Os acidentes afetam todos os ramos de atividade econômica, no país inteiro. Assim, lemos, na primeira página da Tribuna de Petrópolis de 4 de janeiro de 1970 a notícia de que Nadir Teresinha do Amaral, de 14 anos, operária empregada da Companhia Petropolitana, de Cascatinha, *teve seu braço direito apanhado por uma espuladeira, máquina em que exercia suas funções, sofrendo amputação traumática do antebraço (na altura do cotovelo)*. Histórias trágicas contadas inclusive sob a forma ficcional, como no conto “A mão esquerda”, escrito por Ronivalter Jatob, nas *Crônicas da vida operária*, cuja primeira edição sai pela Global Editora na Coleção Testemunhos em 1978 e a mais recente pela Lazuli, em 2006.

No rastro das obras de construção civil e das migrações deixado pelo “milagre econômico” desenvolve-se, principalmente a partir de 1970, ampla e acelerada favelização nas cidades. Favela não é problema e sim solução – disse na época John Turner, urbanista inglês em visita ao Brasil. Problema, no caso, relacionado à baixa remuneração dos trabalhadores e ao arrocho salarial; solução do problema dos salários com o prolongamento da jornada de trabalho mediante horas extras (agravando, como vimos, a insegurança no trabalho) e, do ponto de vista habitacional, com a autoconstrução da moradia em áreas de risco. A Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, resulta da ocupação da área adjacente do Túnel Dois Irmãos (atual Zuzu Angel) pelos trabalhadores migrantes empregados na sua construção. O mesmo acontece após a urbanização acelerada da Barra da Tijuca, quando se expande a favela Rio das Pedras.

A urbanização na maioria das cidades, carentes de saneamento básico e até mesmo de serviços de saúde, traz consequências graves. Em 13 de janeiro de 1974, o Diário de Petrópolis informa que em três meses a Delegacia de Polícia tinha registrado em seus livros *15 casos classificados como “morte súbita” mas que os policiais preferem considerar como óbitos por falta de atendimento ou por socorro tardio*.

Mais grave ainda é a situação da epidemia de meningite em São Paulo no ano de 1974 quando acontece um verdadeiro [crime da ditadura militar](#). De acordo com o epidemiologista José Cássio de Moraes, professor-adjunto do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Santa Casa de São Paulo, a epidemia pelo meningococo A começou em maio:

*As reportagens – sempre em off – intensificaram-se à medida que a doença ia se aproximando da classe média e da elite. A negação oficial perdurou até junho de 1974. A liberdade de informar sobre a epidemia durou pouco; logo em seguida, julho ou agosto, se proibiu a divulgação de dados estatísticos a respeito da doença para “não alarmar a população”. O assunto era considerado de segurança nacional. Em setembro de 1974 teve o seu pico. Só que toda a imprensa foi proibida de divulgar. Os registros da epidemia na cidade de São Paulo alcançam 12.330 casos, o que dá 33 por dia, com cerca de 900 óbitos.*

(Imagem disponível no [lca.art](#))

A Comissão é formada por: Eduardo Stotz – sociólogo e historiador, pesquisador da Fiocruz; Glauber de Oliveira Montes – historiador e professor; João Fabre dos Reis – advogado trabalhista; Maria Helena Arrochellas – teóloga e coordenadora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; Rafane Valoura Paixão – historiadora e Roberto Schiffler Neto – sociólogo e professor.

Endereço e acesso: Prefeitura Municipal de Petrópolis – Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis – RJ – Tel.: (24) 2246-9325. [Facebook.com/cmvpetropolis](#) – [cmv@petropolis.rj.gov.br](mailto:cmv@petropolis.rj.gov.br)

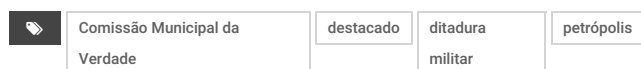
Mais em:

[\[Coluna\] Ditadura Militar: “Milagre Econômico” e Desastre Social – parte 1](#)

[\[Coluna\] Ato Institucional nº 5 – o golpe dentro do golpe](#)

[\[Coluna\] Resistência à Ditadura Militar em Petrópolis: o movimento estudantil em 1968](#)

*As opiniões contidas não representam a opinião do site; a responsabilidade é do autor da publicação.*



Autor

Todos ▾